

Sarney adia fala na TV para evitar confronto

Presidente transfere pronunciamento para hoje depois de ouvir Antonio Carlos

BRASÍLIA — A Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República (SID) chegou a convocar cadeia de rádio e TV em três horários diferentes para que o presidente Sarney falasse ontem à Nação sobre os reflexos econômicos e financeiros de determinadas propostas da Constituinte. Mas Sarney desistiu. Às 19h45, seu porta-voz, Carlos Henrique Almeida Santos, anunciou que o presidente deixaria o pronunciamento para hoje, às 20h30.

O reconhecimento de que o atual momento político é extremamente delicado foi o principal motivo pelo qual o presidente decidiu adiar seu pronunciamento. O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, teria tido papel decisivo no adiamento. Ele se opôs ao pronunciamento dizendo que seria apenas mais um motivo para desgastar o presidente e aumentar o descrédito do governo. Esse risco poderá ser evitado, conforme se diz no Planalto, através de uma revisão mais cuidadosa na forma de apresentar o problema. Essa revisão será feita hoje, quando o presidente Sarney submeterá alguns trechos mais fortes de seu pronunciamento a alguns políticos mais ligados ao governo. Pretende-se evitar a imagem de um governo identificado como "inimigo das conquistas sociais", disseram as mesmas fontes.

ESTRATÉGIA

"O presidente Sarney não tem

a intenção de scabar, zerar ou melar a Constituinte. Ao contrário, mostrou-se ontem um homem preocupado em terminar o mais rápido possível o trabalho da Constituição", disse o deputado Ulysses Guimarães aos líderes com quem se reuniu após tomar o café da manhã, em companhia do presidente. Ulysses tranquilizou, assim, o líder do PDS, Amaral Neto, e também o do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Este muito preocupado em saber se havia algum fundo de verdade nos boatos que corriam.

Se não há nada contra a Constituinte e tampouco interesse em anulá-la, por outro lado o governo já tem uma estratégia para tentar derrubar os dispositivos que não aceita, durante a votação do segundo turno. Quer a ressurreição do DVS (destaque de votação em separado), que funcionou apenas no primeiro turno. Com isso, os parlamentares ligados ao Palácio do Planalto não precisam nem mesmo reunir votos para aprovar emendas supressivas. Basta pedir um DVS para o artigo de interesse do governo sair do plenário e deixar que os defensores do dispositivo se preocupem em reunir 280 votos necessários à manutenção do texto elaborado por Bernardo Cabral, no final do primeiro turno. Caso contrário, o artigo estará suprimido.

Ainda ontem, o ministro João Batista de Abreu, do Planejamento, estimou para o Tesouro em "pouco mais de C\$ 2 trilhões os custos das mudanças tributárias e trabalhistas introduzidas pelo novo projeto de Constituição". Alertou que isso cobre apenas "custos explícitos. Há outros que ainda dependem de legislação complementar e ordinária", completou.



Amaral Neto, José Lourenço, Jarbas Passarinho e José Lins: os líderes medem o tamanho da crise

Com o DVS, tudo volta atrás

BRASÍLIA — O "destaque para votação em separado", que passou a ser conhecido pelas iniciais DVS, foi uma invenção do Centrão. Incluído na reforma regimental de janeiro, ele tinha por objetivo retirar mais facilmente do projeto que vinha da Comissão de Sistematização tudo com que não se concordava.

Se governo e o Centrão pudessem usar também no segundo turno o DVS, ficaria fácil suprimir do texto tudo de que não gostassem. A aprovação em bloco do projeto, ainda que com a ressalva dos destaques comuns, não teria sentido, pois cada um dos pontos pincados com DVS teria de obter 280 votos nas votações isoladas. E todas as batalhas do primeiro turno estariam reabertas.

Subscrito por, no mínimo, 187 constituintes (um terço do total), o DVS permite retirar do projeto (votado globalmente) qualquer parte e submetê-la a votação à parte. O mesmo acontece com o destaque comum, com a diferença de que o texto submetido a destaque separado precisa receber em plenário pelo menos 280 votos favoráveis para voltar a integrar o projeto. No destaque comum ocorre o contrário: os 280 votos são necessários para excluir a parte destacada, não para mantê-la.

O DVS foi utilizado nas votações do primeiro turno especialmente para evitar a reforma agrária aprovada pela Comissão de Sistematização, para impedir a adoção do parlamentarismo e evitar o mandato de quatro anos para o presidente Sarney. Mas não só o Centrão se utilizou de sua invenção. As lideranças "progressistas" e de esquerda usaram-no para forçar negociações em alguns pontos do projeto.

Na reforma regimental, não ficou claro se o DVS poderia ser usado nas votações do segundo turno. Perto do final do primeiro turno, surgiu a controvérsia. O presidente da Constituinte Ulysses Guimarães, deu tom definitivo à questão, ao baixar as normas para o segundo turno. "A votação em segundo turno não se compatibiliza com o requerimen-

to de destaque para votação separada." Seu argumento: o DVS só tinha cabimento no primeiro turno, pois só a Comissão de Sistematização havia aprovado o projeto de Constituição, e não todo o plenário. Terminado o primeiro turno, tudo que está no projeto obteve o mínimo de 280 votos. Assim, para retirar qualquer trecho em DVS seriam necessários também 280 votos, e não as meras 187 assinaturas previstas na regulamentação desse destaque.

VOCABULÁRIO CONSTITUINTE

Segundo turno — É a segunda votação de todo o texto aprovado no primeiro turno. Pela praxe legislativa, as votações mais importantes, como é o caso das constitucionais, são submetidas a votação dupla, para permitir aos parlamentares maior reflexão entre uma e outra decisão. O segundo turno funcionará assim. Vota-se o projeto de Constituição globalmente, com ressalva das emendas destacadas; votam-se as emendas destacadas, começando pelas supressivas; a seguir, as destinadas a corrigir omissões, erros ou contradições, votadas simbolicamente.

Votação simbólica — Feita pelo processo simplificado do senta-levanta dos constituintes. "Quem estiver de acordo permaneça como está", diz o presidente da sessão, que proclama o resultado em seguida.

Emenda — Proposta do constituinte para alterar o projeto em votação.

Destaque — Pedido que o constituinte faz para alguma emenda, sua ou não, ser excluída do bloco das que receberiam parecer favorável ou contrário do relator e ser votada separadamente.

Quórum — Número mínimo de presença às sessões exigido pelo regimento. O quórum para deliberações é de metade mais um dos constituintes (280), que é o mesmo para aprovação de matéria constitucional.

Verificação — Chamada (por processo eletrônico, quando o equipamento está funcionando) para saber se há quórum.

Os militares insistem em mudar o texto

BRASÍLIA — A falta de um acordo político "patriótico e de alto nível" para retirar do projeto da nova Constituição alguns excessos poderá deixar o País ingovernável, "com risco de impasse constitucional". A opinião é dos ministros militares e foi manifestada no domingo à noite, durante encontro do presidente Sarney, no Palácio da Alvorada. Ontem, no Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), o ministro-chefe do EMFA, Valbert Lisleux, e os ministros Bayma Denys, do Gabinete Militar, Ivan de Souza Mendes, do Serviço Nacional de Informações (SNI), Henrique Sabóia, da Marinha, Octávio Moreira Lima, da Aeronáutica e Leônidas Feres Gonçalves, do Exército, voltaram a comentar com parlamentares como o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e o senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) que o texto constitucional precisa ser alterado para que sejam evitadas "graves consequências" para o País.

Segundo o ministro da Aeronáutica, alguns dos artigos têm, realmente, de ser reavaliados. Ele deixou claro que os ministros militares compartilham das preocupações do presidente Sarney quanto à aprovação integral do projeto de Constituição. Mas, em sua opinião, caso a Constituinte mantenha os pontos polêmicos do texto, a decisão será acatada: "Se for aprovado assim, paciência". O ministro do Exército limitou-se a comentar que "o momento é de observação e avaliação".

Um dos ministros militares afirmou que nenhuma autoridade "torce" pelo impasse, mas "se nada for feito, há o receio de que possamos chegar a isso; há uma situação muito delicada à transição democrática". Ele declarou esperar que os constituintes reconheçam que caso a Constituição seja aprovada como está, o Brasil ficará "ingovernável".

Crise institucional também foi adiada, acredita Ulysses

BRASÍLIA — O presidente José Sarney adiou ontem uma crise institucional ao cancelar o pronunciamento que faria em rede de rádio e televisão para criticar o projeto de Constituição. A opinião é do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que se mostrou aliviado ao ser informado do cancelamento pelo deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA). Ulysses repudiou a intenção do governo em tentar incluir o Destaque de Votação em Separado (DVS), que alteraria o sistema de votação e tornaria necessários os 280 votos para a manutenção dos artigos.

A ofensiva verbal do governo contra o texto foi provisoriamente afastada depois de negociações entre os líderes do PFL, José Lourenço; do PMDB na Constituinte, Nelson Jobim, e do governo no Senado, Saldanha Derzi. "Despertamos de um pesadelo e agora o bom senso voltou a pairar sobre nossas mentes", declarou Lourenço, depois do encontro. Participaram também os líderes do PDS na Câmara, Amaral Neto, e no Senado, Jarbas Passarinho.

Sarney já havia negado pessoalmente a Ulysses, com quem tomou o café da manhã no Alvorada, que fosse fazer qualquer pronunciamento. Durante todo o dia, entretanto, Ulysses foi procurado por constituintes de todos os partidos que vinham lhe dar notícias sobre o pronunciamento e cobravam decisões. Depois de notícias sobre vários adiamentos, o presidente da Constituinte só pôde respirar, aliviado, ao ouvir a confirmação sobre o cancelamento.

GARANTIAS

A reunião entre as lideranças, solicitada por Lourenço e Amaral Neto, transformou-se na preliminar de negociações — que prosseguem hoje — destinadas a achar uma fórmula que permita votar e aprovar, ainda esta semana, o tex-



Ulysses: mais tranquilo com Sarney fora da TV

to básico da Constituição produzido no primeiro turno, com a ressalva das emendas supressivas. O governo reivindicava a manutenção dos DVS nas votações de segundo turno. "O problema é que vocês fizeram as regras do primeiro turno e perderam", disse Jobim a Lourenço. "Agora as emendas são supressivas, não tem sentido repetir os DVS", sustentou. O líder do PFL tranquilizou Jobim explicando que o governo não estava pensando em "zerar" a Constituinte: "O momento é de diálogo e entendimento", amenizou.

Ainda no café da manhã, Sarney havia garantido a Ulysses que o Planalto não estava envolvido

em manobras para rejeitar integralmente o projeto de Constituição. Além disso, disse que a reunião que teve no domingo com os ministros militares teve o objetivo de pôr em análise a lista de promoções das três Armas para o dia 25 de agosto, dia do soldado. Segundo Ulysses, Sarney negou "terminantemente" o envolvimento do governo com as manobras e admitiu ter conversado sobre a Constituinte com os ministros apenas superficialmente. O deputado afirmou que o presidente se disse interessado apenas na supressão de alguns pontos do texto que, em seu entender, podem dificultar a administração da crise econômica.

Anúncio multinacional quase foi cancelado

A MPM Propaganda, empresa que criou o anúncio de dois milhões de dólares patrocinado por 20 empresas multinacionais, chegou a cancelar sua exibição, em todas as emissoras de TV do País, programada para as 20h30 de ontem: no meio da tarde, a empresa recebeu um pedido da Presidência da República para que esse horário fosse cedido para a transmissão de uma fala do presidente José Sarney. Por volta das 18 horas de ontem, chegou ao Rio um novo aviso da Presidência: a fala de Sarney não seria mais feita no horário nobre desta segunda-feira. As pressões, a empresa teve de pedir às emissoras de TV que reprogramassem a longa peça publicitária, financiada por empresas como a Shell, a Esso, a British Petroleum, a Xerox, a Atlantic e a IBM.

O milionário anúncio, de dez minutos de duração, em defesa da participação do capital estrangeiro na economia brasileira e contrário a alguns artigos do texto aprovado no primeiro turno pela Assembleia Constituinte, não pôde contar com o depoimento do cientista político Hélio Jaguaribe. Dias antes da veiculação da mensagem o cientista político pediu que sua participação fosse retirada.

"Fui enganado pela MPM", contou o professor Jaguaribe. "A Globotec me procurou pedindo que eu participasse de um programa onde falaria sobre a necessidade de não nos fecharmos numa redoma e mantermos o controle patrimonial das empresas sem que tenhamos o controle tecnológico." Segundo Jaguaribe, ele concordou

em dar o depoimento, gratuitamente, como um agente do Brasil, e não do capital estrangeiro. "Quando tomei conhecimento da finalidade do filme, fui à Globotec e cancelei minha aparição."

Hélio Jaguaribe explicou ontem a sua posição em relação à participação do capital estrangeiro na economia brasileira: "É óbvio que não podemos nos manter numa atitude xenófoba. Devemos discutir o papel do capital estrangeiro no Brasil, principalmente dentro do esforço de inversão no qual estamos engajados para fazer deste País uma nação desenvolvida no Século XXI. Mas não posso permitir que utilizem meu nome para fazer a apologia das multinacionais".

"Os empresários poderiam fazer várias crianças sorrírem, se empregassem o dinheiro gasto no programa fazendo creches", disse, em Brasília, o líder do PT na Constituinte, Luiz Inácio Lula da Silva. "Eles tentaram vender a idéia do óbvio. O que não disseram é que o capital estrangeiro tem de ser rigidamente controlado para evitar a remessa de lucros."

De acordo com Lula, lideranças do movimento sindical se reunirão na quarta-feira, às 14 horas, com Ulysses Guimarães. Pela manhã, haverá uma sessão plenária da CGT, CUT e Contag no auditório Nereu Ramos. No mesmo dia, em São Paulo, haverá uma passeata na via Anchieta, terminando em frente ao Paço Municipal de São Bernardo do Campo, pela manutenção das conquistas na Constituinte.